

II. Deliberações

Câmara Municipal

- 1. Aprovação da ata n.º 39/2023, da reunião ordinária de 29 de maio de 2023.**

XIII MANDATO

ATA N.º 39/2023

Reunião ordinária pública de 29 de maio de 2023

Ao vigésimo nono dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, na Junta de Freguesia da Sé, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vitor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Nuno Miguel Diogo Fonseca, Técnico Superior da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----ORDEM DO DIA-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 23 de maio de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----DELIBERAÇÕES-----

1. Aprovação da ata n.º 38/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

2. Proposta de Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (2023). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Corrupções e Infrações Conexas, para o ano de 2023, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que aludiu que aludiu que a densidade do documento não permitiu realizar uma análise como gostaria, mas que o PS votaria a favor. Tomou a palavra o **vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, que referiu que o instrumento é necessário, fazendo já algum tempo que o Decreto-Lei está em vigor. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

3. Proposta de abertura de Conta Bancária no Banco Santander Totta S.A. – Conta Escrow (ratificação). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação de abertura de Conta Bancária no Banco Santander Totta S.A. – Conta Escrow, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

4. Proposta - Fornecimento de Refeições Escolares Acordo Quadro de Refeições Escolares da Central de Compras da CPR/AQ/01/23/DCP. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (convite e caderno de encargos), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que referiu que o PS apoia qualquer reforço nesta matéria, mas que se iriam abster pois não estiveram envolvidos na seleção das empresas. Tomou a palavra o **vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, que afirmou que apesar de a CDU defender que se trata de algo que deveria ser assegurado pelas estruturas municipais, e por se tratar de uma etapa posterior a essa decisão, não iria obstaculizar a tomada de decisão, pelo que se iria

abster. **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

5. Proposta de venda de parcela de terreno designada por lote L29 situado no Parque Industrial de Adaúfe – 2ª fase – Freguesia de Adaúfe. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de concessão de autorização Banco Invest para venda de parcela de terreno designada por lote L29, situada no Parque Industrial de Adaúfe, 2ª fase, freguesia de Adaúfe, à sociedade Agostinho da Costa Ribeiro & Filhos, Lda, e a inclusão na escritura de cláusulas de reversão a favor do Município, tudo de acordo com os documentos constantes do processo e proposta que se anexa.” **Retirado da agenda.** -----

6. CPE.07.22. DMOSM) - Empreitada: “Inserção Pedonal e Ciclável no Centro Urbano de Braga – Variante da Encosta, Fraião – 2.ª Modificação Objetiva do Contrato. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 73.526,58€ + IVA, a aprovação da prorrogação do prazo por 25 dias, e da minuta do aditamento ao contrato da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

7. Proposta de classificação da Casa com Torre situada na Rua D. Paio Mendes n.ºs 2 a 10, da União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) como Monumento de Interesse Municipal. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal,

a proposta (decisão final) de classificação como Monumento de Interesse Municipal da Casa com Torre, situada na Rua D. Paio Mendes n.ºs 2 a 10, da União de Freguesias de Braga (Maximinos, é e Cidade), nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.”

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

8. Proposta de atribuição de topónimo na União das Freguesias de Crespos e Pousada. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta de atribuição de um novo topónimo a uma artéria implantada no Lugar da Igreja em Pousada, na União das Freguesias de Crespos e Pousada: Rua Pe. Joseph Santos (Sacerdote 1959-2021) com início na Rua de Santo António e fim sem saída” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

9. Apoios financeiros – contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023.

Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: a) Futebol Clube Ferreirense, no valor de 2.000,00€ (n.º de atletas) – E/29068/2023; b) C.A. Bracara - Clube de Atletismo, no valor de 1.500,00€ (Projeto “Criar Laços” Atletismo para Todos) – E/30139/2023; c) Palmeiras Futebol Clube, no valor de 118.768,58€, que tem por objeto colocação de novo relvado sintético no Campo de Jogos do Palmeiras Futebol Clube; d) Clube Caçadores de Braga, no valor de 26.579,46€, que tem por objeto o incentivo e a cooperação financeira entre os representantes de ambos os outorgantes, no âmbito da impermeabilização de talude na direção da projeção do tiro, no Campo de Tiro de Braga, objeto da candidatura ao IPDJ, efetuada ao abrigo do PRID-2021, a realização no Município de Braga, de acordo com o Programa de Desenvolvimento Desportivo objeto da comparticipação (artigo F-2/13.º, do CRMB).” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que referiu que o PS acompanha os apoios aos clubes, mas que queria solicitar mais informações sobre o apoio ao Palmeiras, por se tratar de um valor mais avultado, de modo a perceber os critérios de atribuição, para ser mais fácil aprovar no futuro, questionando também se o Palmeiras tem um número de atletas que o justifique. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que informou que o valor é definido com base no orçamento para a realização da intervenção. Sobre o critério de atribuição, referiu que há equipamentos municipais e das Juntas de Freguesia, e que nesses casos é atribuído o apoio ou é realizada a intervenção diretamente por contratação ou através da SGEB, enquanto prevalecer, e no caso dos campos que são propriedade

dos clubes, a Câmara Municipal, como aconteceu no passado, atribui subsídios através de contratos de financiamento pagos faseadamente, sendo que no caso em apreço é pago no imediato, em função de uma ordem de prioridades de degradação elaborada pelos serviços. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, que informou que o Palmeiras tem várias equipas e que achava devia ser o único clube com todos os escalões. **Deliberado aprovar por unanimidade. ----**

10. Apoio Financeiro - Contratos de dinamização cultural. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: a) Associação Cultural e Recreativa Os Bravos da Boa Luz, no valor de 1.750,00€; b) Augustuna – Tuna Académica da Universidade do Minho, no valor de 3.615,60 €; c) Orfeão de Braga, no valor de 2.000,00.” **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

11. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com a União das Freguesias de Celeirós Aveleda e Vimieiro, para execução da obra denominada “Requalificação da Rua de Macada - Vimieiro”, no valor de 44 009,37€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal. -----**

12. Atribuição de apoios financeiros – Freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a)** Junta de Freguesia de Ruílhe, no valor de 1 817,90€, para apoiar a “Apoio para a limpeza da zona envolvente dos Apartamentos de Mourens”; **b)** Junta de Freguesia de Ruílhe, no valor de 312,70€, para apoiar a “Pedido de Apoio para a limpeza – Ruílhe Park”; **c)** Junta de Freguesia de Figueiredo, no valor de 8 880,00€, para apoiar a obra de

“Requalificação do Parque de Merendas do Ribeiro de Prados – Honorários/Projeto”; **d)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, no valor de 41 923,00€ para apoiar a obra de “Reparação da Casas de Banho e Outros na EB1 de Lomar”; **e)** União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 4 889,25€, para apoiar a “Substituição do Abrigo de Passageiros na Rua da Igreja - Nogueira”
Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal. -----

13. Outras isenções/reduções/taxas. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H-1/17.º, mapa em anexo; **b)** Do n.º 4 do artigo H-1/16.º - mapa em anexo.” Tomou a palavra **o Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que informou que as alíneas a) e c) do n.º 4 deveriam ser indeferidas, por não ter sido reconhecido o relevante interesse municipal conforme proposta. **Deliberado aprovar por unanimidade as isenções ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H-1/17.º do CRMB e a alínea b) do mapa das isenções ao abrigo do n.º 4 do artigo H-1/16.º do CRMB e remeter à Assembleia Municipal. Deliberado indeferir por unanimidade as alíneas a) e c) do mapa das isenções ao abrigo do n.º 4 do artigo H-1/16.º do CRMB.** -----

14. Pedido de isenções – Indeferimento. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar a proposta de indeferimento por unanimidade.** -----

15. Proposta - Programa Desportivo Natação para Bebés – Aprovação das Normas. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta relativa à criação do Programa Desportivo Natação para Bebés e as normas de participação e funcionamento, de acordo com o artigo 33º, alínea e), e alínea u) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

16. Proposta - Programa Capacitação Cuidadores Informais- Normas. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, as Normas do Programa Capacitação Cuidadores Informais nos termos do número do artigo 33º, alínea u) e v) da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

17. Proposta - Normas de Participação no Programa “Férias da Quinta” 2023 (5ª edição). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, as Normas de Participação no Programa “Férias da Quinta” 2023 (5ª edição) nos termos do número 1 e alíneas d), f) e k) do número 2 do artigo 23.º e alínea u), na sua parte final, do n.º 1 do artigo 33.º, todos do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que questionou se está prevista a possibilidade de se aceitar crianças e jovens com necessidades específicas dos 80 participantes. De seguida, questionou se existe a possibilidade de reduzir o valor a pagar no escalão mais baixo, nomeadamente de o isentar. Tomou a palavra o **vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que referiu que no ano passado tiveram 2 crianças com necessidades específicas no primeiro e no segundo grupo, e que por isso não haverá nenhuma restrição. De seguida, referiu que quanto ao escalão é o que estava estipulado noutras férias que existiam, e que se seguiu o mesmo padrão e os mesmos escalões, até para uniformizar, e se houver isenção nas férias do incluir, não haverá objeção. Tomou a palavra o **vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, que referiu que preferia que a questão das crianças com necessidades específicas estivesse explícita no regulamento, mas tendo o que foi dito em conta iria votar a favor, aceitado também a proposta que o PS fez. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

18. Proposta – Atribuição do nome de Juvenal Silva Costa ao Polidesportivo da Rua de Baixo situado em Santa Tecla, freguesia de Braga (S. Victor). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à apreciação e aprovação do Executivo Municipal a proposta de atribuição do nome de Juvenal Silva Costa, antigo atleta do Sporting Clube de Braga, ao Polidesportivo da Rua de Baixo, localizado em Santa Tecla, freguesia de Braga (S. Victor), tudo de acordo com documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

19. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos. -----

Foram propostos, pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, os seguintes votos de louvor: -----

--- Voto de louvor ao atleta Miguel Oliveira, do Sporting Clube de Braga, que bateu o record nacional, na modalidade de natação, em 50m costas no escalão de infantis, em torneio CNAC realizado em Coimbra, no dia 25 de abril, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

--- Voto de louvor ao atleta Domingos Vieira, do Sporting Clube de Braga, acompanhado por José Teixeira, que se sagrou campeão Nacional masculino de Boccia, nas classes BC4, em competição que decorreu em Torres Novas, no passado fim de semana, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

--- Voto de louvor à atleta Joana Pereira, do Sporting Clube de Braga, acompanhada por Sónia Marques, que se sagrou Campeã Nacional Feminino de Boccia, nas classes BC3, em competição que decorreu em Torres Novas, no passado fim de semana, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

--- Voto de louvor à atleta Abílio Gonçalves, do Sporting Clube de Braga, acompanhado por Paulo Correia, que se sagrou bicampeão Nacional masculino de Boccia, nas classes BC3, em competição que decorreu em Torres Novas, no passado fim de semana, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

--- Voto de louvor ao atleta Pedro Frasco, do Sporting Clube de Braga, que se sagrou campeão Nacional, na categoria S13 (invisuais) nos 50m e 100m bruços e nos 50m e 100m livres, na modalidade de natação, tendo ainda estabelecido um novo recorde nacional, nos 100m bruços na mesma categoria, com o tempo de 1.28.73 , bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas e na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

-----OUTROS ASSUNTOS-----

----- Pelo Presidente da Câmara, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o **vereador do PS, Ricardo Sousa**, que, como **primeira questão**, referiu relatos de pais de alunos que frequentam o Centro de Apoio à Aprendizagem de Palmeira, espaço onde é realizado o trabalho com alunos com necessidades específicas, relacionados com problemas de climatização das salas, solicitando a verificação por parte do município. De seguida, como **segunda questão**, referiu que a escola de Palmeiras não está nas melhores condições, mas faz parte de uma lista de 4 escolas que necessitam de intervenções, solicitando saber quais são os critérios para definir o que são intervenções urgentes e intervenções prioritárias, e se tem a ver, por exemplo, com a antiguidade, rácio de alunos, localização e quais serão as escolas a integrar a seguinte lista. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que informou que quem definiu as escolas a intervir não foi o município, mas o Ministério da Educação através da DGEstE, tendo em conta que as escolas que iriam ser intervencionadas eram escolas que pertenciam ao Ministério da Educação e que estavam a ser transferidas para o Município ao abrigo do processo de descentralização estavam sinalizadas aquelas que o ministério considerava como prioritárias, que eram Palmeira, Trigal, Glubenkian, tendo-se reivindicado e conseguido a integração da Caetano Brandão, cujo financiamento será assegurado pelo estado central ou através do Orçamento de Estado. De seguida, aludiu que até ao momento a informação de que dispunha era que uma parte desse financiamento seria assegurado pelo PRR, mas não a 100%, estando a decorrer uma discussão a nível nacional sobre esse assunto. De seguida referiu que quanto a outras intervenções o Município tem uma carteira de intervenções previstas, não em EB/2, mas em EB/1, que estão sob gestão municipal, algumas associadas ao financiamento que foi contraído há algum tempo e outros que resultam da sinalização do Pelouro da Educação, sendo que não está prevista mais nenhuma intervenção em EB/2 além das 4 referidas anteriormente. -----

----- De seguida, interveio a **vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que, solicitou informações saber em que ponto estão as obras previstas na Carandá, que têm afetado o Tin.Bra e a Arte Total, sendo que foi avançado na reunião que começariam no início deste ano. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que informou que o Tin.Bra não vai realizar o programa porque entendeu não o fazer. De seguida, afirmou que foi sempre assumido que o espaço não tem condições e o que foi assumido em reunião foi uma intervenção paliativa para assegurar a continuidade do funcionamento, algo que tem acontecido com a Arte Total. Em relação ao Tin.Bra, informou que numa primeira instância foi disponibilizado um espaço alternativo municipal, mas que a Tin.Bra entendeu não aceitar pois queria um espaço mais central, optou-se então por disponibilizar uma comparticipação no valor do aluguer que o Tin.Bra teria de suportar para realizar a intervenção, mas mais uma vez a Tin.Bra entendeu que não tinha de o fazer, e o programa não avançou. As obras de fundo avançarão quando os projetos

estiverem finalizados e sempre foi assumido que não seriam iniciadas em janeiro, sendo que as mesmas deverão iniciar nas próximas semanas. -----

----- De seguida, interveio o **vereador do PS, Artur Feio**, que referiu que o PS tem sido bombardeado com questões relacionadas com as obras na Avenida Da Liberdade, e que existe uma preocupação por acontecerem antes do S. João, e porque as mesmas afetarão também as festividades do próximo ano, não lhe parecendo razoável que as obras comecem tão perto da data da festa, solicitando esclarecimentos. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que informou que se não fosse este seria o próximo São João, já que o prazo de realização é de um pouco mais de um ano, pelo que o adiamento prejudicaria as festividades de 2024, referindo ainda questões de contratualização que devem ser respeitadas. Tomou a palavra a **vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que mencionou haver também questões relacionadas com o financiamento comunitário associadas, pelo que se a obra fosse feita após o término do programa, seriam perdidos 1.000.000,00 de euros. -----

----- De seguida, interveio o **vereador da PS, Adolfo Macedo**, que, como **primeira questão**, aludiu que em 2016 foi retirada a estátua no Largo de São Paulo de D. João Peculiar, tendo sido dito que a estátua seria colocada noutra parte da cidade, talvez na rua com o mesmo nome, mas que a estátua continua por colocar e solicitando saber o motivo e quando estará a estátua de volta. De seguida, como **segunda questão**, criticou a retirada da estátua quando em simultâneo se ergue uma estátua do Imperador César Augusto, considerando, de antemão, que as possíveis justificações que possam ser oferecidas são narrativas paralelas aos factos históricos e que esta narrativa falsificadora alimenta também o evento Braga Romana. De seguida, sobre o evento Braga Romana, referiu a falta de rigor e as imprecisões do texto de apresentação do evento no sítio de Internet, as imprecisões históricas, arquitetónicas, culturais, gastronómicas e dos costumes do evento. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que, em **resposta à primeira questão**, informou que a estátua de D. João Peculiar é propriedade da Arquidiocese, e que esta pediu para realocar a estátua, e que embora esteja na custódia da Câmara Municipal de Braga a mesma ainda não foi realocada porque a Arquidiocese ainda não disse onde deve ser localizada, pelo que, mantendo-se a lógica de colaboração que tem existido, aguarda-se por essa indicação. De seguida, em **resposta à segunda questão**, referiu que irá tomar conta da documentação histórica trazida e pensar se irá participar nessa falsificação na próxima vez, e que a decisão será consentânea com a reflexão que será realizada. -----

----- De seguida, interveio o **vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, que referiu ter tido a informação de que serão colocadas câmaras de vigilância em algumas artérias da cidade, referindo que isso deve apenas ser um projeto, mas solicitando saber se esta é uma questão que está em marcha, qual o motivo da mesma, por que motivo não houve consulta pública, qual o envolvimento da PSP, como estão a ser acauteladas as questões da privacidade e liberdade, se a medida será reforçada com efetivos de segurança e como é que seria isto eficiente para combater as incivildades. De seguida, questionou se o conceito de incivilidade seria definido, referindo que o mesmo é de grande discricionariedade. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que informou que o Município de Braga esteve envolvido com a PSP e outros municípios vizinhos de Guimarães e de Famalicão num projeto de formatação do sistema de videovigilância no meio urbano, para o qual foram desafiados pela PSP e que visa não apenas combater incivildades, mas ser também uma ação preventiva no meio urbano e sobretudo nas zonas de maior movimentação e onde existem maiores estabelecimentos comerciais, sendo uma ação preventiva e aceleradora da PSP em função de possíveis situações de iniciativa criminosa que ocorram nesses lugares. De seguida, afirmou que cumprimento do requisito de proteção de dados e liberdades está sujeito ao escrutínio das autoridades para o licenciamento destas matérias, a qual será cumprida do ponto de vista formal e escrupulosamente até pela própria PSP. De seguida, referiu que é uma forma de reforçar a segurança, sendo um pedido recorrente de vários estabelecimentos comerciais e até da própria Universidade e Associação Académica, pelo que a Câmara Municipal está a assegurar não só a formatação, como o financiamento. Referiu ainda que, quanto aos meios, não depende da Câmara Municipal, tendo sido feito o apelo junto da administração interna e pela própria PSP, mas que não tem havido uma resposta cabal a essa questão. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O cidadão **Carlos Dobreira** referiu, como **primeira questão**, que no dia 3 de junho, a cidade vai receber a 11ª Marcha pelos Direitos LGBTQIAP+, questionando se o Município de Braga vai surpreender com o hastear da bandeira arco-íris? De seguida, como **segunda questão**, referiu que a Sr.ª Vereadora responsável deveria verificar as condições de segurança de todos os estabelecimentos de ensino, dando como exemplo o Jardim de Infância de Dume, que tem um portão de entrada sempre aberto, onde mais à frente existe uma porta que permite o acesso à parte da recolha e entrada das crianças, após ser pressionado um botão, referindo ainda um botão que está desativado há muito

tempo junto ao portão de entrada, considerando importante que a reparação fosse efetuada o mais rapidamente possível. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que, em **resposta à primeira questão**, referiu que não seria hasteada a bandeira e, em **resposta à segunda questão**, informou que inexistia o conhecimento quanto ao problema do portão e que os serviços iriam averiguar o que se passa. -----

De seguida, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, deu a palavra ao **Presidente da União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), Luís Pedroso**, que cumprimentou todos os presentes e de seguida congratulou as notícias que mencionam a atribuição de interesse público aos edifícios presentes na Rua Dom Paio Mendes. De seguida referiu ser necessária uma atenção municipal às ruas da Boavista e Damião de Góis, sugerindo também a construção de uma rotunda na rua do Colinatrum e que se permitisse apenas a circulação num sentido para permitir o estacionamento e diminuir o número de coimas.-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: Às 19h e 10m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Nuno Miguel Diogo Fonseca, Técnico Superior da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----